



MULHERES DE TERRITÓRIOS: PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NA ZONA DA MATA SUL - PARAÍBA

SILVA, Jadiele Cristina Berto¹; CRUZ, Rosiane Barboza da²

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – Paraíba, jad.bert@gmail.com

² Mestranda do Programa de pós-graduação em Direitos, Cidadania e Políticas Públicas, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – Paraíba, rosianeduda@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho relata a participação das mulheres da Zona da Mata Sul em seu território, as políticas públicas acessadas e a relação com a agroecologia enquanto modelo de produção. Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), originados da chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014, atuaram durante o período de fevereiro de 2015 a novembro de 2016, na ZMS, bem como em mais 13 territórios paraibanos, objetivando apoiar financeiramente projetos que visassem à implementação e manutenção de práticas agroecológicas desempenhadas por mulheres, por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do MDA e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente, com as mulheres do Campo.

Palavras-chave: Agroecologia, território, feminismo

INTRODUÇÃO

É histórica a luta da mulher por direitos, reconhecimento e visibilidade de trabalho, enquanto protagonista de todas as camadas da sociedade brasileira. Historicamente a luta tem se dado em diversos setores da sociedade, desde o âmbito doméstico até o político. O espaço das mulheres dentro da sociedade vem sendo ampliado com o passar do tempo, mas há muito a caminhar até o ponto de equidade desejado. Um dos ambientes em que as mulheres muito têm buscado reconhecimento é no setor agrícola, onde, do ponto de vista histórico, a mulher sempre esteve rotulada como figura coadjuvante dentro do processo de produção e gestão dos espaços rurais.

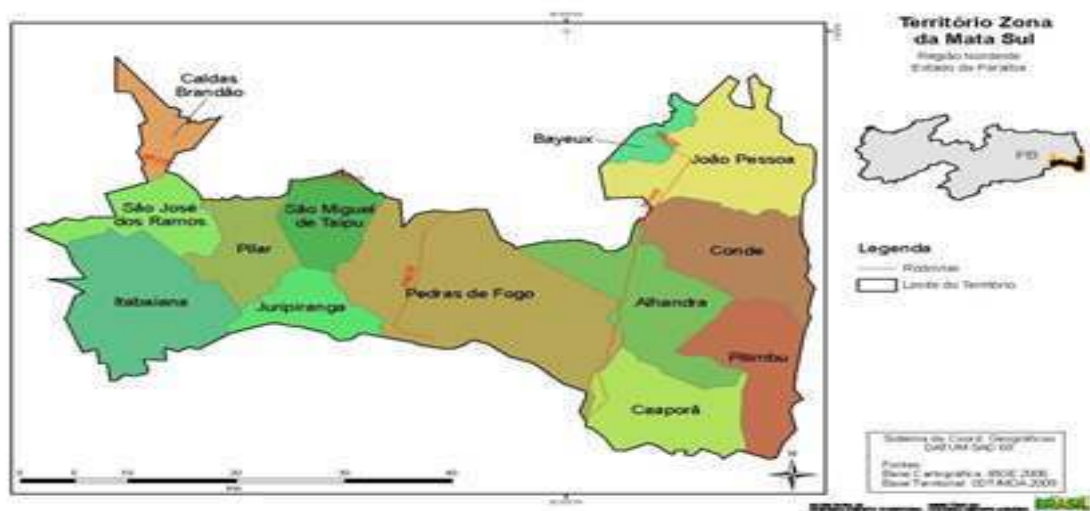
Um exemplo atual da situação das mulheres do campo é a não identificação da mulher como produtora rural, o que reflete a desigualdade da distribuição dos benefícios trazidos pelas políticas públicas. O trabalho da mulher dentro da Agricultura Familiar, embora muitas vezes seja denominado ajuda, é muito consistente, entretanto o acesso às políticas públicas fica em sua maioria para o homem, tendo em vista que a (Declaração de Aptidão ao Pronaf) - DAP é familiar e o titular geralmente é o homem. Isso pode ser comprovado através do acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Esse fato é registrado com frequência nas narrativas das mulheres e dos movimentos feministas.

A agroecologia é o modelo no qual as mulheres possuem poder de decisão a utilização dessa prática tem se fortalecido com o empoderamento da mulher do campo. Esse trabalho objetiva avaliar a participação das mulheres nos territórios da cidadania e a relação dessas com a agroecologia.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no território da Zona da Mata Sul que se localiza na porção leste do estado da Paraíba, predominantemente na porção sul da Mesorregião da Mata Paraibana. Seus principais centros urbanos são João Pessoa, capital do estado, Bayeux e Conde, mas é composto ao todo por 13 municípios (Mapa 1).

Mapa I – Território da Cidadania da Zona da Mata Sul



Fonte: SGE

A metodologia adotada, Pesquisa Participante, de acordo com Brandão e Borges (2007), possui abordagens que desejam a participação nos processos mais amplos e contínuos da construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular. O trabalho se dará através de entrevistas e depoimentos e da participação em atividades como palestras e reuniões que possibilitaram a sistematização de informações colhidas em campo.

Segundo Moreira (2002, p. 52), a observação participante é conceituada como sendo uma estratégia de campo combinatória, entre a participação ativa com os sujeitos e a observação intensiva em ambientes naturais. Lançando mão dessa metodologia, pode-se obter uma ampla visão das informações e dos dados coletados, interferindo o mínimo possível na dinâmica do grupo de estudo. Foi conduzida também uma pesquisa documental com a leitura e apreciação das atas que registraram as reuniões dos comitês de mulheres, assim como relatos dos encontros com os diversos grupos de mulheres que fazem parte do território, além de reuniões, oficinas e encontros das mesmas.

Esse método foi escolhido, por possibilitar que a comunidade pesquisada participe efetivamente da análise de sua realidade. Valendo-se também da constatação de que a política



territorial é uma estratégia, na qual os próprios participantes do processo constituem-se protagonistas, pois as políticas públicas alcançadas são trazidas pelo próprio público-alvo.

Segundo Grossi (1981), a pesquisa participante é um modelo de pesquisa no qual um grupo, etnia ou comunidade participa da análise de sua própria realidade, com o intuito de promover uma modificação social em benefício dos participantes desfavorecidos socialmente. Portanto, é um tipo de pesquisa educacional voltada para a ação.

Como parte da metodologia foram identificadas e visitadas associações de mulheres voltadas para a Agricultura Familiar, e através das entrevistas e oficinas, foram levantadas as características e peculiaridades de cada grupo de mulheres, diagnosticando a atual situação de acesso às políticas públicas e trabalhando os processos de formação e geração de renda para as mulheres do território. Da mesma forma, no contato, procuramos identificar se as mulheres atuam de fato na liderança em suas comunidades, ou se são apenas componentes dos grupos.

Foi feita uma pesquisa nos órgãos públicos, tais como secretarias municipais da mulher, conselho de Direito da Mulher, delegacias da mulher e Organizações Não Governamentais (ONGs) com objetivo de descobrir quais as políticas públicas voltadas às mulheres estavam disponíveis no TCZMS.

Posteriormente foi feito um mapeamento dos grupos de mulheres existentes no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, implantado em 2003 pelo Governo Federal, foi introduzido como uma nova concepção para as políticas públicas destinadas a agricultura familiar, levando em consideração a viabilidade do desenvolvimento rural a partir do espaço geográfico, ambiente social, político e cultural e, infraestrutura natural construída que circunda a atividade agrícola familiar (ECHEVERRI, 2010).

A partir do avanço da política de desenvolvimento territorial, surge o Territórios da Cidadania, em 2008, como uma estratégia que visa garantir os direitos sociais e o desenvolvimento territorial sustentável, levando desenvolvimento econômico e programas básicos de cidadania aos territórios (MDA, 2009). A execução do Programa ocorre por meio da participação da sociedade civil e integração entre o Governo Federal, Estadual e Municipal, seguindo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de cada território constituído.

Na Paraíba, também foi adotado o recorte territorial como forma de promoção e impulso ao desenvolvimento rural sustentável do estado. Existem, hoje, 15 territórios, quais seis são Territórios da Cidadania, entre eles o território da Zona da Mata Sul (ZMS). Este, abrange uma área de 1.877.90 km² e é composto por 13 municípios, localizados na porção sul da mesorregião da Mata e se estendendo a alguns municípios da mesorregião do Agreste paraibano, sendo eles: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Caldas Brandão, Conde, Itabaiana, João Pessoa, Juripiranga, Pedras de Fogo, Pilar, Pitimbu, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu.



Para garantir o desempenho das políticas territoriais, existem os Colegiados Territoriais, sendo estes um espaço amplo de discussão, construção de saberes e de execução de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida, como também, da produção dos agricultores familiares, pescadores, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, artesãos e grupos de mulheres do território.

Na ZMS, no Colegiado Territorial, a formação organizacional se dá por meio de instâncias. A instância deliberativa é a Plenária Territorial, de onde também se retira a Coordenação Territorial, responsável pela agenda de ações do território e pela avaliação de projetos territoriais fundamentados no PTDRS, de onde se elege a Coordenação Executiva, que fica incumbida pela parte administrativa, como organizações de atividades e emissão de documentos. É designada, ao Núcleo Técnico, a elaboração de projetos territoriais, quando solicitada pela coordenação. Já as Câmaras Temáticas e Comitês Setoriais focam-se na discussão para o desenvolvimento territorial em temas específicos. Na ZMS criou-se sete destas últimas instâncias, dentre essas o comitê Setorial de Mulheres.

No período de fevereiro de 2015 a novembro de 2016, na ZMS e em outros 13 territórios paraibanos, atuaram os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), originados da chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014. Este teve como objetivo apoiar financeiramente projetos que visassem à implementação e manutenção de práticas agroecológicas desempenhadas por mulheres, por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do MDA e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente, com as mulheres do Campo. Vale salientar que esta foi a primeira ocasião na qual as mulheres tiveram uma assessoria específica, Assessora Territorial de Gênero (ATGe), cuja principal função era garantir a participação das mulheres nas instâncias colegiadas, viabilizando assim a autonomia e liderança das mesmas enquanto protagonistas do processo organizativo. Objetivando inserir a participação das mulheres dentro das instâncias colegiadas apresentadas anteriormente, trabalhamos junto ao comitê do supracitado grupo.

O desenvolvimento rural tem utilizado a abordagem territorial para o planejamento de políticas públicas e orientação de suas ações, integrando as dimensões econômicas, socioculturais, políticas, institucionais e ambientais, com enfoque em agentes, atores sociais, mercados e políticas públicas que incidam sobre esses espaços (FILHO, SILVA e SILVA, 2009). Com essa abordagem são agrupados e formados os Territórios Rurais de Identidade.

Dentro da dinâmica organizacional dos territórios, além das instâncias de deliberação, gestão e acompanhamento da política territorial, como a Plenária e a Coordenação Territorial, as instâncias de discussão estão focadas em temas de relevância para o território, tais como as Câmaras Temáticas e os Comitês Setoriais.

Essas instâncias são compostas por representantes das instituições e organizações atuantes no território, podendo estar dentro ou fora da plenária territorial, possuindo, inclusive,

experiências ou interesses nas referidas áreas, visando fortalecer a dinâmica do processo de gestão e operacionalização das políticas públicas, desde que essas sejam inerentes ao foco de discussão da câmara ou comitê de que participem. Essas políticas funcionam, aprofundando temáticas e apoiando o processo de acompanhamento das ações e projetos territoriais. Nos territórios da cidadania, como é o caso da ZMS, há destaque para o Comitê Setorial de Mulheres, enquanto espaço de discussão das temáticas de gênero e inclusão produtiva das mulheres do território

Segundo Butto *et. al* (2014), o papel dos Comitês Territoriais de Mulheres é discutir, mobilizar e encaminhar as demandas apresentadas pelas mulheres rurais de um determinado território junto às suas instâncias de gestão. Procura ainda, representar a diversidade e pluralidade de organizações, segmentos sociais e produtivos existentes no território. Por meio dos comitês, as mulheres passaram a exercer sua cidadania, a atuar conscientemente para diminuir a desigualdade de gênero e a se organizarem coletivamente nos Territórios da Cidadania.

Na ZMS, o Comitê Setorial de Mulheres existe desde 2009 e tem passado por reformulações, a última reformulação ocorrida foi em abril de 2015, já com a atuação da ATGe. A despeito da dinamicidade das mulheres, faltam dados mais específicos, o que demanda um estudo em relação à atuação e dinâmica do comitê, ao longo do tempo, assim como uma reflexão sobre o atual cenário dessa instância colegiada para a caracterização da organização das mulheres desse território.

O TCZMS apresenta 17 grupos de mulheres que desenvolvem atividades produtivas no território (mapa 2), identificados no âmbito da pesquisa realizada.

Mapa 2 – Grupo de Mulheres no TCZMS



Fonte: TCZMS – 2016

A formação e organização desses grupos já evidencia um processo social de promoção da autonomia da mulher. Esse processo é resultante, também, da possibilidade de acesso às políticas



públicas, pensadas e direcionadas para atender às agricultoras familiares organizadas através de associações e cooperativas. Políticas como essa são fruto de discussões e construções populares, em conjunto com as instâncias governamentais, que viabilizaram sua promoção. Neste contexto, a valorização da Agroecologia torna-se fundamental, tendo em vista, suas características que conjugam conhecimentos tradicionais e conhecimentos advindos do senso comum. Segundo Rodrigues (2017, p 51), "a Agroecologia traz em seu cerne o respeito aos direitos coletivos e difusos, visto que a produção livre de agrotóxicos exige o respeito aos solos, às águas e às florestas, o que se traduz no respeito à vida das gerações presentes e futuras".

Para os sujeitos do campo, a agroecologia é definida como "uma filosofia de vida, não apenas um modo de produção, para sua prática e adoção, é necessário viver neste sistema (Entrevista Rosiane Cruz, 2017)". Os sujeitos em pauta ressaltam, por suas características, que conjugam conhecimentos tradicionais e conhecimentos advindos do senso comum.

Ana (2008) enfatiza a natureza correlacional da agroecologia no que diz respeito a importância da construção de relações mais igualitárias entre os sistemas sociais e ecológicos. As políticas públicas são ferramentas essenciais para a promoção social nos mais diversos âmbitos e espaços, especialmente para as mulheres, na perspectiva de geração de renda, garantia da qualidade de vida e segurança alimentar. No TCZMS, as mulheres rurais têm participação enquanto beneficiárias nas políticas públicas, visto que os programas dirigidos a Agricultura Familiar, a exemplo do Pronaf, PNAE e PAA, reservam cotas para as mulheres como condição de aplicação da proposta, porém foi constatado em campo que a maioria das mulheres desconheciam esse direito assegurado por lei.

No Território, os resultados dessas políticas são positivos, visto que favorecem a produção de alimentos, nas pequenas propriedades e fortalecem a segurança alimentar dos beneficiários e fornecedores. Entretanto, como a literatura afirma, o trabalho da mulher no campo é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa. No campo, mais de 75% do trabalho realizado pelas mulheres é sem remuneração e por isso é considerado ajuda, o que resulta na desigualdade da distribuição de benefícios (Mello e Sabbato, 2006).

Conforme Pacheco (2009), "no Brasil quase 15 milhões de mulheres do campo estão privadas do acesso à cidadania por não terem reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais. Embora representem 47,8% da população residente no meio rural, somente 16% são titulares das terras onde moram". Fundamentado na não-identificação da mulher como produtora rural, o acesso às políticas públicas se limita, muitas vezes, ao homem, mesmo que o trabalho da mulher seja de suma importância para a reprodução da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Na coordenação territorial do TCZMS participam 11 mulheres, um total de 26 componentes, distribuídas em entidades do poder público e da sociedade civil. Em todas as instâncias há participação da mulher, mas esta não é paritária. Nas associações e nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, a participação das mulheres é de em média 30%, mas temos um destaque no TCZMS para o fato de que em dois conselhos a coordenação é ocupada por mulheres, e mulheres participantes, ativas das discussões territoriais, é esse o caso dos conselhos de Pilar e Pitimbu. As mulheres da Zona da Mata Sul têm participado efetivamente das atividades do Território nas mais variadas instâncias territoriais. Tem crescido, assim, o reconhecimento da mulher enquanto liderança da agricultura familiar nas práticas da agroecologia.

REFERÊNCIAS

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Mulheres construindo a agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.

BUTTO, A *et. al.* **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Org. Andrea Butto, Isolda Dantas. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p. ISBN: 978-85-60548-76- Copyright 2013. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

ECHEVERRI, Rafael. **Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania**. In: Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Org: MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno. Brasília: IICA, 2010

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PACHECO, Maria Emília L. **Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres**. Disponível em https://issuu.com/aspta/docs/agriculturas_12-04 Acesso em 24 de agosto de 2017

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (org.). **Da Terra que Assegura a Vida aos Alimentos Sem Agrotóxicos**. Curitiba: Editora Appris, 2017